



BARIGÜI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ: 14.511.781/0001-93

Av. Sete de Setembro, 4751 - Sobreloja - Conjunto 2 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Conforme divulgado ao mercado financeiro regional, trata-se da primeira instituição da espécie, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, a funcionar no Estado do Paraná, estando as suas atividades reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, representados, em especial, por financiamentos para aquisição de imóveis, compra de recebíveis imobiliários, refinanciamentos com lastros em bens imóveis, todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.

A Hipotecária integra o Conglomerado Financeiro Barigüi, liderado pela Barigüi S/A Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor.

Desde o início de suas atividades, em janeiro/2012, a Cia. Hipotecária efetivou até o encerramento deste semestre, 4.038 operações, com a carteira ativa de empréstimos/financiamentos atingindo o montante de R\$ 305,817 milhões, apresentando um crescimento de 74% em comparação a junho/2017 e, do lado passivo, em captações, via LCI, somando o montante de R\$ 282,591 milhões, crescimento igualmente proporcional ao aumento da carteira ativa, e Patrimônio Líquido de R\$ 19,912 milhões.

Abaixo, demonstramos os saldos apurados para cada período, de forma comparativa, em R\$ mil, desde o início das atividades até o encerramento do semestre em questão:

Período	1º S/2012	1º S/2013	1º S/2014	1º S/2015	1º S/2016	1º S/2017	1º S/2018
Nº de operações	143	597	804	1.710	2.792	3.134	4.038
Carteira (R\$ Mil)	15.782	52.621	78.395	132.542	166.118	226.563	305.817
PL (R\$ Mil)	3.028	4.039	6.410	8.827	13.440	13.883	19.912
Lucro/(Prejuízo)	(43)	941	1.113	1.862	2.997	237	5.487
LCI (R\$ Mil)	(632)	(33.342)	(65.323)	(120.232)	(164.968)	(187.630)	(282.591)

Merce destaque entre os negócios cursados pela Hipotecária o seu crescimento junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na modalidade de conta liquidação,

que trouxe maior agilidade nas transações com seus clientes e parceiros. No semestre encerrado em junho movimentou a quantidade de 13.393 mensagens. Outro produto que vem experimentando evolução significativa se reporta à aquisição de recebíveis imobiliários junto a incorporadoras e construtoras, com montante atual de R\$ 99.557 propiciando cessões, quando julgadas oportunas, para a ligada Barigüi Securitizadora S/A., visando lastrear emissões de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs). Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de 30 de junho de 2018, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição. A Hipotecária apresentou, indiscutivelmente, performance satisfatória, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente solidez econômico-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, agradecemos a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba (PR), 28 de agosto de 2018.
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro – Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	30/06/2017	Passivo	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Circulante		100.869	72.275	Circulante		139.600	87.477
Disponibilidades	4	1.534	562	Depósitos	10.a	5.006	27.514
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.500	2.700	Depósitos Interfinanceiros - Ligadas		5.006	27.514
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4 / 5	2.500	2.700	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.b	115.582	52.328
Títulos e valores mobiliários		10.809	-	Recursos de letras de crédito imobiliário		115.582	52.328
Carteira própria	6.a	10.809	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	267	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		201	-	Instrumentos Financeiros Derivativos		267	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	201	-	Outras obrigações		18.745	7.635
Operações de crédito		76.337	57.494	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		91	60
Setor privado	7	78.592	60.420	Sociais e estatutárias		590	92
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(2.255)	(2.926)	Fiscais e previdenciárias	11	4.028	384
Outros créditos	8	4.122	1.177	Diversas	12	14.036	7.099
Créditos tributários	19	1.548	358				
Diversos		2.574	819	Passivo não circulante		175.175	141.068
Outros valores e bens	9	5.366	10.342	Exigível a longo prazo		175.175	141.068
Bens não de uso		5.432	11.078	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.b	167.009	135.302
(-) Outros valores e bens		(612)	(1.546)	Recursos de letras de crédito imobiliário		167.009	135.302
Despesas antecipadas		546	810	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	2.946	-
		233.818	170.103	Instrumentos Financeiros Derivativos		2.946	-
Ativo não circulante		233.496	169.928	Outras obrigações		5.220	5.766
Realizável a longo prazo		1.844	1.274	Diversas	12	5.220	5.766
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.844	1.274	Patrimônio Líquido	14	19.912	13.833
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	1.844	1.274	Capital social		10.000	10.000
Operações de crédito	7	223.135	162.443	De Domiciliados no país		10.000	10.000
Setor privado		227.225	166.143	Reservas de lucros		9.912	3.833
(-) Provisão para perdas em operações de créditos		(4.090)	(3.700)	Legal		1.010	673
Outros créditos	8	4.177	3.177	Reservas especiais de lucros		8.902	3.160
Créditos tributários	19	3.938	2.954				
Diversos		239	223	Total do passivo		334.687	242.378
Outros valores e bens	9	4.340	3.034				
Bens não de uso		4.378	2.371				
(-) Outros valores e bens		(207)	(214)				
Despesas antecipadas		169	877				
		322	175				
Permanente		197	81				
Imobilizado de uso	10.a	267	129				
Outras imobilizações de uso		(70)	(48)				
(-) Depreciação Acumulada		125	94				
Intangível	10.b	197	143				
Desenvolvimento/licenciamento de software		(72)	(49)				
(-) Amortização Acumulada		334.687	242.378				
Total do ativo							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		10.000	661	3.934	-	14.595
Lucro líquido do semestre		-	-	-	237	237
Destinações:						
Constituição de reserva legal		-	12	-	(12)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(13)	(13)
Dividendos pagos antecipadamente		-	-	(986)	-	(986)
Constituição de reserva especial		-	-	212	(212)	-
Saldos em 30 de junho de 2017		10.000	673	3.160	-	13.833
Mutações do semestre		-	12	(774)	-	(762)
Saldos em 01 de janeiro de 2018		10.000	736	4.293	-	15.029
Lucro líquido do semestre		-	-	-	5.487	5.487
Destinações:						
Constituição de reserva legal	14.b	-	274	-	(274)	-
Dividendos propostos	14.d	-	-	-	(313)	(313)
Dividendos adicionais	14.d	-	-	(291)	-	(291)
Constituição de reserva especial	14.c	-	-	4.900	(4.900)	-
Saldos em 30 de junho de 2018		10.000	1.010	8.902	-	19.912
Mutações do semestre		-	274	4.609	-	4.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pela Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.

A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas as instituições da espécie.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em reunião de Diretoria, realizada em 28 de agosto de 2018, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As revisões das estimativas e premissas são realizadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.h, (ii) e 7 - critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;
- Nota explicativa 6.b. - determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;
- Nota explicativa 9 - estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de outros valores e bens (bens não de uso);
- Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto,

quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/09, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e estão apresentados na nota nº 4 e 5.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados nas seguintes categorias:

- **Mantidos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, obedecendo o seguinte critério:
- **Operações de swap -** os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo e passivo, respectivamente, apropriado como despesa ou receita pro rata até a data do balanço.
- **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As principais operações de crédito da Companhia são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.
- **Operações de crédito -** estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (a) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.
- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa -** foi constituída nos termos da Re-

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Receitas da intermediação financeira		30.209	18.147
Rendas de operações de crédito	7	31.317	17.910
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	5	237	237
Resultado com títulos e valores mobiliários		123	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b	(1.468)	519
Despesas da intermediação financeira		(12.465)	(11.454)
Operações de captação no mercado	10.c	(11.896)	(9.017)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.c.1	(569)	(2.437)
Resultado bruto da intermediação financeira		17.744	6.693
Outras receitas (despesas) operacionais		(9.034)	(6.060)
Renda de prestação de serviços	17	779	694
Despesas de pessoal		(2.088)	(1.364)
Honorários da administração	15	(155)	(100)
Outras despesas administrativas	16	(6.978)	(5.214)
Despesas tributárias	18	(1.005)	(595)
Outras receitas operacionais		601	530
Outras despesas operacionais		(189)	(111)
Resultados não operacionais		(254)	(810)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		8.458	(177)
Imposto de renda e contribuição social	19	(2.697)	(84)
Provisão para imposto de renda		(3.174)	(593)
Provisão para contribuição social		(1.174)	(223)
Ativo fiscal diferido		1.651	732
Participação nos lucros		(272)	(21)
Lucro líquido do semestre		5.487	(282)
Quantidade de ações		10.000	10.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,5487	(0,0282)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro líquido do semestre	5.487	237
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	25	19
Resultado com derivativos	1.468	(519)
Provisão para perdas em operações de créditos	569	2.437
Provisão/(Reversão) para outros valores e bens	(334)	797
Provisão para riscos cíveis	163	5
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	4.348	816
Ativo fiscal diferido	(1.651)	(732)
Participação dos empregados	272	21
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:		
TVM e instrumentos financeiros derivativos	(8.110)	-
Operações de crédito	(52.837)	(33.072)
Outros créditos	(1.189)	381
Outros valores e bens	1.634	(3.419)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:		

operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia. E demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo de imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.
As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Companhia são:

Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10% - a.a.
Equipamentos de informática	20% - a.a.
Gastos de organização e expansão	20% - a.a.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos diferidos com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software	20% a.a.
--	----------

l. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde está sendo contestada a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente provisionadas.

• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões no passivo, em atendimento às normas do BACEN.

o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidade		
Caixa	5	7
Depósitos bancários	1.529	555
Aplicações interfinanceiras (a)	2.500	2.700
Total	4.034	3.262

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2018	30/06/2017
Título		
DI (pré)	6,39% a.a.	2.500
Total	2.500	2.700

As aplicações desta natureza geraram receita, no semestre findo em 30 de junho de 2018, no montante de R\$ 237 (R\$ 237 em 30 de junho de 2017).

6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

	Vencimento	Valor de mercado (*)	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Carteira própria				
LFT - Mantido para negociação 01/03/2021	10.809	10.810	(1)	

(*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (AMBIMA).

b. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

	30 de junho de 2018				
	Data de vencimento	Valor referencial	Conta de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	
Posição ativa	27/01/2020	29.275	35.327	-	
	06/06/2019	4.280	4.589	-	
	02/07/2020	1.500	1.608	-	
	17/07/2020	1.500	1.608	-	
	10/06/2019	1.004	1.076	-	
	29/07/2020	1.500	1.608	-	
IGPM	22/07/2020	1.500	1.608	-	
		40.559	47.424	-	
	Posição passiva	27/01/2020	29.275	35.683	(356)
		06/06/2019	4.280	4.889	(301)
		02/07/2020	1.500	1.718	(109)
		17/07/2020	1.500	1.718	(110)
10/06/2019		1.004	1.147	(71)	
29/07/2020		1.500	1.719	(111)	
CDI	22/07/2020	1.500	1.718	(110)	
		40.559	48.592	(1.168)	

Estas operações geraram resultado negativo no semestre findo em 30 de junho de 2018, no montante líquido de R\$ 1.468.

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

Tipo de operação:	Curto		30/06/2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Empréstimos Imobiliários	31.767	10,39%	17.750	7,83%
Habitacionais	113.590	37,14%	79.743	35,20%
Empréstimo com garantia	160.460	52,47%	129.070	56,97%
Total	305.817	100,00%	226.563	100,00%

Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

b. Prazo de realização dos contratos

	30/06/2018	30/06/2017
A vencer		
Até 3 meses	19.638	14.561
De 3 meses a 12 meses	54.504	41.480
De 1 a 3 anos	103.008	101.673
De 3 a 5 anos	80.855	57.388
De 5 a 15 anos	63.013	7.079
Acima de 15 anos	349	3
Total a vencer	301.367	222.184
Vencidos	4.450	4.379
Total	305.817	226.563

c. Provisão para perdas em operações de crédito

Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito

A movimentação da provisão para perdas em operações de crédito é a seguinte:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do período	(6.554)	(5.180)
Constituição	(569)	(2.437)
Créditos baixados para prejuízo	778	991
Saldo final do período	(6.345)	(6.626)
Circulante	(2.255)	(2.928)
Não Circulante	(4.090)	(3.700)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo" o montante de R\$ 683 (R\$ 970 em 30 de junho de 2017).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 3.519 em 30 de junho de 2018 (R\$ 3.608 em 30 de junho de 2017) e as operações renegociadas, totalizam R\$ 295 em 30 de junho de 2018 (R\$ 951 em 30 de junho de 2017). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2018 e 2017 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de	Setor		30/06/2018		30/06/2017	
			Comércio	Serviços	Valor da	Provisão	Valor da	Provisão
AA	Normal	0,00%	484	-	27.190	27.674	23.829	-
	Normal	0,50%	900	9.747	173.453	184.100	(920)	126.632
	Normal	1,00%	21	1.745	27.457	29.223	(292)	23.719
B	Vencido	1,00%	-	981	11.404	12.385	(124)	6.902
	Normal	-	-	1.813	22.345	24.158	(725)	12.127
	Vencido	3,00%	67	2.092	16.290	18.449	(553)	20.981
D	Normal	10,00%	-	-	54	54	(5)	-
	Vencido	-	-	116	3.371	3.487	(349)	3.897
	Normal	-	-	371	61	432	(130)	61
E	Vencido	30,00%	-	377	1.898	2.275	(683)	4.261
	Normal	-	-	-	-	-	-	1.171
	Vencido	50,00%	-	-	1.378	1.378	(689)	472
G	Normal	70,00%	-	-	1.088	1.088	(762)	1.084
	Vencido	-	-	-	71	71	(71)	237
	Normal	100,00%	-	-	1.043	1.043	(1.043)	1.130
H	Vencido	-	-	-	-	-	-	1.190
	Normal	-	-	-	-	-	-	230
	Vencido	-	-	-	-	-	-	1.190
Total			1.472	17.242	287.102	305.817	(6.345)	226.563
Circulante			-	-	-	78.582	(2.255)	80.420
Não Circulante			-	-	-	227.225	(4.090)	166.143

d. Cessão de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 38.857 (R\$ 18.501 em 30 de junho de 2017). Estas operações auferiram renda no semestre no total de R\$ 5.183 (R\$ 3.943 em 30 de junho de 2017). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

8 Outros créditos

O saldo de outros créditos está composto pelos seguintes valores:

	30/06/2018	30/06/2016
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	47	46
Adiantamento para terceiros	121	66
Créditos Tributários (nota 19.b)	1.548	358
Devedores para compra de valores e bens (a)	1.591	549
Devedores diversos (b)	799	125
Outros	16	33
Total	4.122	1.177
Não circulante		
Devedores por depósito em garantia	68	33
Devedores para compra de valores e bens (a)	171	190
Créditos Tributários (nota 19.b)	3.938	2.954
Total	4.177	3.177

(a) Referem-se a valores de venda de imóveis, arrematados através de leilão e/ou negociações próprias de forma parcelada no montante de R\$ 1.762 (R\$ 739 em 30 de junho de 2017).

(b) Os valores inscritos em "Devedores diversos" estão representados por: (i) valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 639 (R\$ 53 em 30 de junho de 2017); e (ii) valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis e notificações no montante de R\$ 160 (R\$ 72 em 30 de junho de 2017).

9 Outros valores e bens

O saldo do subgrupo "Outros valores e bens" está composto por bens não de uso e despesas antecipadas conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Circulante		
Imóveis (a)	5.432	11.078
(-) Provisão para desvalorização de bens (a)	(612)	(1.546)
Comissões (b)	469	684
Corretagens	23	39
Serviços de terceiros	54	87
Total	5.366	10.342
Não circulante		
Imóveis (a)	4.378	2.371
(-) Provisão para desvalorização de bens (a)	(207)	(214)
Comissões (b)	151	328
Corretagens	18	39
Ressarcimento de custos operacionais	-	10
Total	4.340	3.034

(a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, foram consolidados o valor de R\$ 4.542, somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 9.811 (R\$ 13.449 em 30 de junho de 2017). Durante o semestre foram provisionados o montante de R\$ 125 (R\$ 797 em 30 de junho de 2017) totalizando saldo de R\$ 819 a título de desvalorização de bens não de uso (R\$ 1.760 em 30 de junho de 2017); e

(b) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular BACEN 3.378/14.

10 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

Depósitos interfinanceiros com parte relacionada (nota 15)

	30/06/2018	30/06/2017
Até 3 meses		
De 3 a 12 meses	5.006	-
Acima de 12 meses	-	-
Total	5.006	-
Saldo Total	-	27.514
Depósitos interfinanceiros	-	-
Circulante	-	-
Total	-	-

Recursos de letras de crédito imobiliários

	30/06/2018	30/06/2017
Até 3 meses		
De 3 a 12 meses	12.181	103.401
Acima de 12 meses	-	167.009
Total	12.181	272.591
Saldo Total	-	187.630
Recursos de letras de crédito imobiliário	-	-
Circulante	-	-
Não circulante	-	-
Total	-	-

Resumo da composição das despesas de captação no mercado:

	30/06/2018	30/06/2017
Depósitos interfinanceiros	(55)	(1.099)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(11.439)	(7.612)
Deságio na colocação de títulos	(224)	(169)
Contribuição ao FGC	(178)	(137)
Total	(11.896)	(9.017)

Impostos correntes					
Imposto de renda	(2.729)	(405)			
Contribuição social	(1.014)	(155)			
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(3.743)	(560)			
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(605)	(256)			
Ativo fiscal diferido	1.651	732			
Total do imposto de renda e contribuição social	(2.697)	(84)			
b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado					
	30/06/2018	30/06/2017			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos empregados	8.456	342			
Participação dos Empregados	(272)	(21)			
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	8.184	321			
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.783)	(109)			
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:					
Adições temporárias	(4.033)	(3.567)			
Exclusões temporárias	2.394	2.835			
Deduções fiscais	74	25			
Total Impostos de Renda e Contribuição Social - correntes	(4.348)	(816)			
No semestre findo em 30 de junho de 2018, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:					
	Saldo 30/06/2017	Saldo Inicial 31/12/2017	Consti-tuição	Reali-zação/ Reversão	Saldo Final 30/06/2018
Imposto de Renda					
Provisão para risco cível	18	16	47	(6)	57
Outras provisões	460	357	20	(100)	277
Provisão MTM (TVMs e derivativos)	58	364	812	-	1.176
PCLD	1.900	2.084	612	(171)	2.525
Total - IRPJ	2.436	2.821	1.491	(277)	4.035
Contribuição Social					
Provisão para risco cível	6	6	17	(2)	21
Outras provisões	165	128	7	(36)	99
Provisão MTM (TVMs e derivativos)	21	131	292	-	423
PCLD	684	749	220	(61)	908
Total - CSLL	876	1.014	536	(99)	1.451
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	3.310	3.835	2.027	(376)	5.486

tativa de utilização em sua totalidade até o exercício de 2020. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2019.

	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	Total
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	1.138	869	2.027	4.035
Valor Presente	1.070	767	1.683	3.520
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	410	313	730	1.451
Valor Presente	385	276	606	1.267

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 6,40% (Selic).

c. Obrigações fiscais diferidas
As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 945 em 30 de junho de 2018 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (R\$ 255 em 30 de junho de 2017).

20 Política de remuneração
A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2018 está representado por R\$ 155 (R\$ 100 em 30 de junho de 2017).

21 Estrutura de gerenciamento de riscos
Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas na Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, líder do conglomerado Financeiro Barigui e controladora da Barigui Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas. A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

(i) Risco de crédito
Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Companhia atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

(ii) Risco operacional
No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia deu continuidade aos esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes internas e externas e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração.

(iii) Risco de mercado
O risco de mercado, decorrente das captações de recursos junto à clientela, no que tange as variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Companhia com grande agilidade e alto

grau de confiança. A Companhia emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

(iv) Risco de gerenciamento de capital
Avaliação permanente da necessidade de capital da Companhia para fazer face aos riscos a que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

(v) Risco de liquidez
O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Companhia. A Companhia dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

A Companhia realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Companhia a suportar os efeitos assim levantados. Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: www.bariguicredito inteligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

22 Outras informações
Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado
A Companhia detém capital social de R\$10.000 (dez milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pela Barigui S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 30 de junho de 2018, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras da sua controladora, Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Curitiba (PR), 28 de agosto de 2018.

Diretoria

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MARIA TERESA FORNEA
Diretora Executiva

CRISTIANE APARECIDA DAMAR
Contadora CRC PR 063966/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Barigui Companhia Hipotecária Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigui Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigui Companhia Hipotecária em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é

a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações finan-

ceiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0



BLOG PLANTÃO 190

Acidentes, crimes, polícia. A Curitiba real